



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 21 DE JUNHO DE 1999

Senhor Ministro de Estado da Defesa, Doutor Élcio Álvares; Senhor Comandante da Escola Superior de Guerra, General Carlos Patrício Freitas Pereira; Senhoras e Senhores Estagiários da Escola Superior de Guerra; Senhoras e Senhores,

Tenho, mais uma vez, a honra de receber, aqui, esse conjunto de pessoas, tão numeroso e, como fez questão de ressaltar o General Freitas Pereira, composto por civis e militares, por homens e por mulheres. Para nós, é uma grande alegria, de vez em quando, termos a possibilidade de uma conversa franca e direta do Presidente da República com aqueles que trabalham na Escola Superior de Guerra.

Esta é a primeira vez em que a Escola Superior de Guerra vem aqui, ao Palácio do Planalto, depois da criação do Ministério da Defesa e com a presença do Ministro da Defesa. Portanto, isso já demonstra o clima que vivemos, de renovação, de reafirmação da confiança que o Brasil tem nas suas Forças Armadas e de cooperação entre a sociedade brasileira, no seu conjunto, englobando civis e militares.

Na verdade, desta feita existe, também, um outro fato que requer uma referência especial. É que estamos comemorando o cinqüente-

nário da Escola Superior de Guerra. E essa Escola, como os senhores sabem, tão bem quanto eu, teve como um de seus primeiros comandantes o Marechal Cordeiro de Farias, personalidade que deixou marcas bastante profundas na vida política brasileira, a qual, pessoalmente, tive a satisfação de conhecer e que teve uma longa convivência política e militar no Brasil, tendo se destacado, desde jovem, nas lutas pela democratização do Brasil e tendo sido um dos nossos militares que lutaram pela liberdade na Itália.

Nunca me esquecerei – era menino ainda, é verdade – da emoção de que o Brasil se cobriu na volta dos pracinhas da Itália, ao ver aqueles nossos compatriotas que tinham ido para lá lutar e, entre eles, o marechal Cordeiro de Farias.

Por tudo isso, por ser a comemoração dos 50 anos da Escola, pelo próprio fato de essa Escola ter nascido sob a égide de um homem como Cordeiro de Farias, não é de estranhar que nessa Escola tenhamos, no quadro dos seus diplomados, nesse período, nada menos que quatro Presidentes da República, 45 ministros de Estado, 20 senadores, 31 deputados federais e inúmeros diplomatas e oficiais-generais. Basta me referir a esses poucos fatos e números, para que se veja o significado da ação dessa Escola, na formação da mentalidade daqueles que dirigem o Brasil.

Queria, portanto, aproveitar esta oportunidade de estar junto com pessoas que têm sobre seus ombros a responsabilidade de dar seqüência a uma tradição de uma Escola que pensa o País e que trata de colocar em perspectiva as nossas possibilidades, como Nação, de discutir, ou, pelo menos, de conversar com os Senhores, a respeito de alguns temas, como tenho feito habitualmente, quando me encontro com os que vêm da Escola Superior de Guerra. São temas da atualidade, mas que não se esgotam na atualidade. São temas que têm a ver com aquilo que é, precisamente, a preocupação central de todos nós e, notadamente, dessa Escola. Ou seja, a definição de um rumo para o nosso país, a possibilidade de este país continuar se desenvolvendo, crescendo e sendo capaz de ter a sua presença não só reforçada, no plano internacional, pela nossa capacidade de ação coerente com os valores nos quais acreditamos, mas, também, e cada vez mais, cioso da

necessidade de oferecer aos que aqui vivem as melhores condições para que eles possam, também, prosperar junto com o País.

Creio que, nessas circunstâncias, de estarmos diante de um grupo de escol, que discute alguns temas de relevância para o Brasil, é oportunno que o Presidente da República aproveite os escassos minutos de que dispõe, para fazer algumas poucas reflexões e prestar-lhes alguns esclarecimentos sobre esses mesmos temas, ou seja, os rumos do Brasil e as expectativas que todos temos de que este país possa continuar no seu caminho de desenvolvimento. É imperativo, neste momento, fazer referência àquilo que todos conhecem, mas que convém, não obstante, rememorar. Costumo dizer que poucos países tiveram a capacidade que o Brasil teve de suportar abalos financeiros tão fortes como os que passamos. Não obstante, o País tem conseguido manter-se no rumo necessário para que possa continuar a crescer e a prosperar.

Se me permitem uma muito leve, brevíssima incursão nos últimos anos, diria que, pelo menos desde os momentos em que este país se decidiu pelo caminho da consolidação da sua economia, através da estabilização da moeda, através da luta contra a inflação – e tive a satisfação de poder participar deste combate, desde o ano de 1992, embora, na verdade, fosse em 93 que nós começamos a definir um rumo para reorganizar a economia e o Estado brasileiro –, fomos, como país, capazes de vencer aquilo que parecia quase impossível, que era um processo caótico que minava as nossas possibilidades nacionais. A inflação corroía, de uma forma letal, não apenas a economia em geral, mas, sobretudo, o bolso dos mais pobres e a capacidade do Estado brasileiro de sequer saber a quantas andava.

Não entrarei em detalhes porque são conhecidos e desnecessários. Quiseram os fatos, entretanto, que, depois de um esforço grande, a partir de julho – a partir, na verdade, da URV–Unidade Real de Valor –, a partir da troca da moeda, em julho, o País pudesse sentir o gosto de uma economia mais estável, que permite, como sempre permite uma economia estável, que exista um processo mais profundo de melhoria de condições de vida, sobretudo dos mais pobres.

De lá para cá, a economia internacional foi abalada por sucessivas crises. Tivemos a crise do México, em 94, que caro nos custou, no ano seguinte. As pessoas, muitas vezes, não se recordam e imaginam que tudo tenha caminhado no melhor dos mundos. Mas março e abril de 95 foram extremamente difíceis, em que tivemos uma perda, num só mês, de 10 bilhões de dólares. Fomos obrigados a elevar as taxas de juros para aquelas paragens astronômicas nas quais elas gostam de estar, mas o povo, não, nem o Presidente.

Mal ajeitada a situação dessa instabilidade, dessa turbulência financeira internacional, nos defrontamos com a turbulência financeira interna. A de 95 foi conseqüência da crise do México, de 94. A interna foi a crise do nosso sistema bancário, que estourou em fins de 95, permeou o ano de 96 e nos obrigou a criar o Proer, que foi um instrumento, na época, muito mal falado, como se fosse um instrumento de salvação de banqueiros, quando foi um instrumento de salvação dos depositantes e das empresas que dependem dos bancos para o seu funcionamento. Graças a esse instrumento, foi possível sanear o sistema financeiro, a duras penas, durante algum tempo, fechando bancos e os antigos banqueiros perdendo, não só os bancos como seus bens individuais, e permitindo que houvesse a continuidade do funcionamento do sistema financeiro nacional.

Isso não foi, entretanto, o suficiente para evitar que os abalos da crise de 97, no sudeste da Ásia, outra vez nos alcançassem. E outra vez, com extrema dificuldade, foi possível buscar apoio no Congresso Nacional e no povo do País, na sociedade brasileira para que nós reagíssemos, no final do ano de 97, quando as turbulências que vieram da Ásia alcançaram fortemente o país. E, outra vez, assistiu-se ao mesmo processo de elevação de taxas de juros, de contenção do processo de crescimento econômico. Mas, finalmente, já em janeiro de 98, estavam os sinais claros de que havíamos conseguido superar aquelas dificuldades.

Não obstante, desde agosto de 98, com a crise da Rússia, outra vez, aí pelo fenômeno chamado de contágio, as mesmas intempéries assolaram os mares da nossa economia e o barco quase soçobrou.

Só em setembro, perdemos 20 bilhões de dólares das nossas reservas. E, outra vez, houve um esforço enorme para manter o rumo da economia e da sociedade, não se perdendo o controle do leme.

Depois das mais recentes crises – desnecessário se faz que me refira em profundidade ao processo – uma primeira tentativa de resistir com esse regime cambial prevalecente, e uma segunda tentativa, depois de nossos esforços baldados, por razões que não vêm ao caso discutir agora, mudamos o regime cambial e passamos a ter um sistema de flutuação das taxas de câmbio. Outra vez, dessa feita com surpresa internacional, em poucos meses já se sentia que o Brasil reagia positivamente. Só que, dessa vez, não apenas contivemos os efeitos da crise que vinha de fora. Contivemos a crise internacional. Contivemos a crise internacional porque, dada a interconexão que existe hoje, nestes mercados, se o Brasil não tivesse tido a capacidade de conter essa crise, ela teria alcançado processos crescentes e nunca se sabe aonde iriam parar.

É certo que, nesse processo, contamos com apoio de 20 países desenvolvidos. Mas o fato é que, de toda maneira, a forma pela qual a sociedade brasileira reagiu ao desafio foi positivamente surpreendente. Ninguém acreditava – e quem se der ao trabalho de reler o que se dizia em janeiro e fevereiro deste ano continuará sem entender como – que fosse possível, em pouco tempo, retomar objetivos mais consistentes, com a possibilidade da retomada do crescimento e de uma estabilização que seria benéfica para o povo deste país.

Os Senhores e as Senhoras são todos testemunhas de que não faltaram análises, locais e internacionais, a prever taxas de inflação, que atingiriam níveis estratosféricos. Quantas vezes, aquela famosa maquininha, que imprimia os preços nos supermercados, voltou a aparecer nas telas de televisão, como que dizendo: “Foi tudo para o espaço.”

Nada foi para o espaço. Na verdade, as expectativas eram de que teríamos uma taxa de inflação de – alguns chegaram a falar – 40%, 50% ao ano. Nós próprios, nos nossos primeiros entendimentos internacionais, calculávamos em 16%, 17%. Hoje, quando se olham os dados relativos ao que ocorreu até agora, vai-se verificar que essas expectativas fo-

ram redefinidas e já se fala em algo ao redor de 6%, 7% até o fim do ano, e quem sabe Deus o que vai acontecer, se não pode ser até menos.

Mas não foi apenas a contenção da inflação que houve, efetivamente. Surpreendeu, também, a muitos, o fato de que a recessão, tão anunciada, vai ter proporções infinitamente menores do que as que estavam sendo imaginadas. Sempre digo que é difícil fazer prognósticos em economia, e que quaisquer dessas estimativas que são apresentadas como se fossem verdades absolutas servem muito mais para estimular expectativas e, eventualmente, para orientar ou para estimular, mesmo, interesses, do que, realmente, para serem comprovadas historicamente. Portanto, a base científica é sempre muito relativa, porque o processo histórico é um processo humano e muito variável.

Mas, certamente, ninguém hoje acredita mais que haja recessão em 1999, nos níveis previstos no começo deste ano. Alguns chegaram a prever uma queda de 6% do PIB. Os mais moderados, inclusive o Governo – não eu –, falavam de 3% a 4%. Nunca acreditei que chegássemos a tanto. Hoje, os mais moderados falam ao redor de zero e os que gostam de olhar o futuro com mais confiança, como eu, preferem que venha a ser positiva. E ninguém, nem os pessimistas, falam muito mais do que, talvez, 2% negativos.

Ou seja, nem veio a inflação, nem houve o descontrole cambial, depois do *overshooting*, como se diz na linguagem dos economistas, nem veio a recessão, na profundidade que estava sendo prevista e, por alguns, até desejada. Nada disso ocorreu. E não ocorreu porque não houve perda de controle do Governo nas decisões. Também, porque a população brasileira amadureceu o suficiente para reagir de forma construtiva e entender que é fundamental garantir-se a estabilidade, até como um instrumento para garantir o valor dos salários e, eventualmente, uma melhoria na distribuição de renda.

Fato também significativo, talvez, do ponto de vista de longo prazo, mais significativo do que os dados conjunturais a que me referi, diz respeito às taxas de investimento, que nunca chegaram a cair na forma que foram previstas. Basta mencionar o fato de que as taxas de investimento estrangeiro direto têm superado não só as expectativas,

mas os investimentos do ano passado. Até maio deste ano, em termos de investimento produtivo e direto, já recebemos mais de 10 bilhões de dólares. A expectativa é que até o fim do ano tenhamos 16 bilhões de dólares.

Se mantivermos esse mesmo ritmo, não imaginando que haja uma expansão, isso será suficiente para cobrir o déficit das contas externas. Ainda que as exportações não reajam com a velocidade com que gostaríamos que reagissem e que, portanto, haja necessidade, efetivamente, de recursos para o conjunto das contas externas, que incluem juros, viagens ao exterior, fretes, etc., o investimento direto cobre o eventual déficit.

Vale dizer que se me refiro ao dado do investimento estrangeiro direto, ele guarda uma certa proporção com o investimento interno. E o coeficiente de investimento interno é, muitas vezes, mais elevado que o do investimento externo.

Daí por que – e por isso fiz esse intróito – temos condições, hoje, em junho, menos de seis meses depois da desvalorização, para fazer, como faremos agora, a partir de agosto, uma forte aposta na continuidade do crescimento econômico do Brasil, através da apresentação do Plano Plurianual de Investimentos, que será feita ao Congresso Nacional em agosto e no qual divisamos um crescimento para os próximos cinco anos. Os montantes de investimento, só nesse conjunto de projetos que estamos apresentando ao Congresso Nacional, é da ordem de 165 bilhões de reais. Desses 165 bilhões de reais, a imensa maioria não virá do setor público diretamente, porque está, sabidamente, está esgotado – e os Senhores que trabalham no setor público sabem disso. Não temos recursos para as nossas atividades normais.

Não temos recursos para fortes doses de investimento. Mas temos o suficiente para sinalizar, para projetar, para atrair investimentos. E o que estamos fazendo – isso será apresentado ao país – é um esforço de regionalização desses projetos, assim como no programa Brasil em Ação, que se cumpriu. Temos 42 grandes projetos sociais e de infra-estrutura, a maior parte deles em marcha, alguns deles já terminados. Nesses projetos, a contribuição do Tesouro foi relativamente modesta, diante ao que se atrai do setor privado. Haverá tam-

bém a possibilidade de, nessa continuação do Brasil em Ação, através do PPA, que se chama Plano Plurianual de Investimentos, continuar atraindo e, agora, dessa feita, como eu disse, regionalizando, mostrando ao país, para cada região, que tipo de investimento de infra-estrutura, que tipo de investimento social, que tipo de investimento cultural será necessário para seguirmos adiante nesse caminho de um Brasil mais consolidado e mais sólido.

Esse trabalho foi feito pelo BNDES, em estreita cooperação com o Ministério do Orçamento e Gestão. Vamos modificar o Orçamento da República. Aliás, amanhã ou depois, irei ao Ministério do Orçamento e Gestão para verificar essas modificações, que dizem respeito ao modo de apresentar o Orçamento e de gerenciá-lo. Vamos fazer o Orçamento inteiramente sob o conceito de programas. E vamos ter, como tivemos no Brasil em Ação, um sistema de gerenciamento dos programas.

Tudo aquilo que foi feito sob a égide do programa Brasil em Ação funcionou a contento porque tinha – se quisermos imitar os americanos – um *fast-track*, ou seja, os recursos eram contínuos e estavam à disposição e não sofriam interrupção. O montante de recursos não é importante quanto a continuidade do fluxo. Claro que o montante também o é. Mas assegurar a continuidade do fluxo é essencial. Estamos mudando o modo de fazer a apresentação do Orçamento da República de tal maneira que em cada área, em cada região vai se saber quais são os projetos que o Governo faz. Aí é para tudo. Não é só para projetos de investimentos. Não me refiro mais ao PPA, mas ao Orçamento mesmo. E o Orçamento mesmo estará, digamos, ligado diretamente ao Plano Plurianual, ao PPA, o que dá uma idéia do caminho pelo qual estaremos marchando.

De fato, quando olhamos em retrospectiva o que aconteceu nesses anos de estabilidade econômica, vamos ver que houve transformações importantes. Toda a estrutura energética brasileira foi reorganizada em função dessa visão de um conjunto de obras, que são estruturantes, que dão uma ossatura para o Brasil poder crescer e avançar.

Se olharem no mapa, vão ver, em primeiro lugar, que existe uma definição – e vou voltar, mais adiante, a isso – muito clara da nossa

inserção na América do Sul. Nessa inserção, a nossa geografia econômica se abre e se integra na América do Sul. Estamos buscando energia elétrica na Venezuela, através de Guri. Fizemos a ligação de Manaus até o mar do Caribe, através da BR-174. Estamos nos vinculando à Bolívia, através do gasoduto que já está feito, o gasoduto Brasil-Bolívia. A mesma coisa com relação à Argentina, no que diz respeito à questão da energia termoelétrica e energia elétrica. A mesma coisa faremos com o gás.

Estamos examinando, crescentemente, esses mecanismos todos de integração energética e de integração viária. Talvez, a energética tenha caminhado mais depressa do que a integração viária. Essas possibilidades são cada vez mais sensíveis, agora, com a queda rápida da taxa de juros, com a mudança do sistema de câmbio.

E o Ministro Malan, ainda hoje – acabei de ver na telinha –, reafirmou que precisamos chegar ao fim do ano com a taxa de juros real de 10%, coisa que não se vê há décadas neste país. Com essas pre-condições macroeconómicas, obviamente as condições de infra-estrutura têm que avançar depressa, no que diz respeito à energia elétrica, ao gás e ao petróleo, que são condições fundamentais para o crescimento da nossa economia.

No que diz respeito ao gás, já mencionei a questão do gás da Bolívia. A Petrobras descobriu dois campos de gás na Bolívia, muito poderosos. Esses dois campos, sozinhos, são suficientes para o abastecimento de gás da Bolívia para cá. Não é necessário que seja assim, mas isso significa que será o próprio gás do qual somos sócios que será trazido para cá, pelos gasodutos que vêm da Bolívia.

Recentemente, estive em Urucu. Lá no Amazonas, se pode verificar o esforço imenso que foi feito, para que, no meio da selva amazônica, houvesse a possibilidade da exploração de gás e de petróleo, com respeito ao meio ambiente, com o que se chama ISO-14000, que é um certificado de respeito ao meio ambiente. O gás de Urucu, dentro de pouco tempo, 30 meses, estará servindo para abastecer termoelétricas em Manaus e em Porto Velho, garantindo a essas regiões, que eram carentes de energia, a condição necessária para que tenham, também, um futuro de integração e de prosperidade no Brasil.

do futuro. As reservas de gás de Urucu são muito importantes. Já existe um gasoduto que liga, praticamente, o gás que sai da bacia de Campos. Da bacia de Campos, vamos fazer a ligação com o Espírito Santo e, na Bahia, já existe uma ligação que sai no Rio Grande do Norte e que vai chegar até o Ceará.

Em cada um desses dutos de ligação de gás é possível implantar termoelétricas. O sistema de geração de energia hidrelétrica, no Brasil, nesses últimos anos, com o Brasil em Ação e com a estabilização da economia, foi aumentado, senão ainda efetivamente, mas nos próximos anos, quando se efetivarem todas as obras, em cerca de 40%.

Só que a energia hidrelétrica, por um lado, se esgota, porque as fontes não são renováveis, são excelentes, mas se esgotam. Não há mais onde explorar, a não ser pequenas fontes geradoras e têm que ser complementadas por termoelétricas. Até porque, por razões que escapam à minha competência técnica, o sistema hidrelétrico e a sua interligação, por vezes, podem sofrer problemas sérios, como os “apagões”, e é preciso que haja, também, um sistema de apoio, baseado na energia termoelétrica.

Pois bem, o Ministério de Minas e Energia e a Petrobras estão lançando, agora, uma série de projetos de termoelétricas; e não só através da Petrobras; alguns, também, independentes. E uma termoelétrica se faz em 24 meses, 30 meses. Estamos, portanto, cuidando para que a oferta de energia seja compatível com as expectativas de crescimento que temos, para os próximos anos, no Brasil.

Também modificamos, sensivelmente, a questão portuária, no Brasil. Não preciso me referir a cada passo, mas houve modificações importantes no porto do Rio Grande. Criamos o porto de Sepetiba. As Docas do Rio de Janeiro foram modificadas. O porto de Suape foi terminado. Estamos fazendo o porto de Pecém, lá no Ceará, e por aí afora. Há um porto novo, em Itacoatiara, no Amazonas, outro em Porto Velho. Hoje, a produção de grãos do centro do Brasil, do Chapadão de Parecis, já lá vai, pelo rio Madeira, entra no rio Amazonas e, daí, vai pelo mundo afora, barateando sensivelmente o custo de transporte.

O mesmo se fez e se completou – obras que já vinham de antes – no que diz respeito à bacia do Tietê e toda a possibilidade de navegabilidade, na

área do Tietê-Paraná. Estamos providenciando para que seja continuado o sistema Tocantins-Araguaia e o sistema do rio São Francisco. Muitas vezes, há dificuldades, por questões de respeito ao meio ambiente. Todo o processamento democrático dessas decisões requer tempo, e é preciso prestar atenção, efetivamente, ao meio ambiente. Então, muitas vezes, não se pode avançar com a velocidade que se gostaria, mas é mais importante avançar com o apoio da população local, com o consentimento da sociedade, e dentro de uma visão de desenvolvimento que não seja predatória. É o que estamos fazendo. Diga-se, de passagem, que a navegação nos rios amazônicos se faz, crescentemente, sob o comando de satélites, para ser feita à noite, também. Portanto, tudo isso são perspectivas novas que se abrem ao Brasil.

Nesse mesmo processo, modificamos sensivelmente alguns aspectos. Um: aí se vêem os primeiros resultados do que foi a flexibilização do monopólio da Petrobras, do petróleo, na verdade, sem detimento da Petrobras. Só as pessoas mal avisadas imaginavam que dessa flexibilização resultaria o enfraquecimento da Petrobras. Agora, se queixam do contrário, de que a Petrobras está, crescentemente, forte, a despeito ou talvez até por causa da flexibilização do monopólio.

Só os *royalties* que o Governo Federal e os estados vão receber, nos próximos dez anos, podem chegar a cerca de 50 bilhões de dólares. Agora, tem-se que pagar *royalties* para a União, inclusive a Petrobras.

O importante é dizer que, nessas áreas continuamos tendo uma posição de vanguarda. A Petrobras continua sendo capaz de pesquisar petróleo em águas profundas e detém a tecnologia mais avançada na exploração de águas profundas.

Da mesma maneira, modificamos o sistema de telecomunicações. Esse sistema, que foi feito nos anos 70 e que provocou uma modificação muito importante do Brasil – a instauração de um sistema de telecomunicações – precisava dar novos saltos. Esses novos saltos foram dados.

Alguns ainda insistem na idéia de que tudo isso poderia ter sido feito sob o controle do Estado. Eu pergunto: com que roupa? Com que recursos? Se, no passado, era possível, através de impostos, recolher recursos e investir, hoje, a escala de investimentos é de tal magnitude e a sociedade requer do Estado tantas ações em outras áreas